



**CÂMARA  
MUNICIPAL**  
DE ANÁPOLIS

Número do Processo: 242/21.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR. REDUÇÃO DE ALÍQUOTA DE ITBI POR PRAZO DETERMINADO APLICÁVEL EM SITUAÇÕES ESPECÍFICAS. OBEDIÊNCIA AO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA. OBEDIÊNCIA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO. CONSTITUCIONALIDADE, DESDE QUE NA FORMA DO SUBSTITUTIVO APRESENTADO.

## 1 – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei Complementar de autoria do Prefeito que “DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO DE ALÍQUOTA DE ITBI POR PRAZO DETERMINADO APLICÁVEL EM SITUAÇÕES ESPECÍFICAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Antes de prosseguirmos, é importante dizer que a análise que será feita é baseada na propositura com sua redação modificada pelo substitutivo apresentado que segue anexo. Feita a observação, passa-se a expor os motivos que levaram à conclusão favorável da proposta.

## 2 – FUNDAMENTAÇÃO

### 2.1 – DA CONSTITUCIONALIDADE MATERIAL DO PROJETO

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 150, § 6º, estabelece que qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição.



Como a proposição observa este dispositivo e o assunto nela tratado não afronta qualquer outro preceito ou princípio da Carta Magna, ela é materialmente constitucional. Sendo assim, não há óbice para o seguimento da análise que aqui se faz.

## **2.2 – DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO PARA LEGISLAR ACERCA DO TEMA**

Segundo Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo, “a repartição constitucional de competências é a técnica utilizada para distribuir entre as pessoas políticas de um Estado do tipo federativo as diferentes atividades de que ele é incumbido” (Direito Administrativo Descomplicado, 25. ed., 2017, p. 832). Isso, é claro, com o intuito de gerar um certo grau de equilíbrio entre as diferentes entidades que compõem a República brasileira.

Buscando a forma como o assunto discutido é tratado no texto constitucional, percebemos que ele não consta no rol de competência privativa federal (art. 22 da Constituição Federal) e não há norma alguma dispondo que se trata de competência privativa estadual.

Por outro lado, o art. 24, inciso I, da Carta Magna, preceitua que compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre direito tributário.

Essa competência também é atribuída aos Municípios, pois eles podem legislar sobre temas de interesse local e suplementar a legislação federal e a estadual, no que couber (art. 30, incisos I e II, da Lei Maior). Ora, é justamente isso o que a presente proposta faz: trata da redução de alíquota de um imposto municipal por prazo determinado.

Destarte, é permitido que ela verse sobre o tema, pois inexistente a chamada inconstitucionalidade formal orgânica, que incide quando um ente federativo não observa a competência de outro ente para criar normas acerca de uma matéria.

### **2.3 – DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO CHEFE DO EXECUTIVO PARA INICIAR O PROCESSO LEGISLATIVO VERSANDO SOBRE O ASSUNTO**

O processo legislativo, segundo Pedro Lenza (Direito Constitucional Esquematizado, 21ª edição, 2017, página 613), "consiste nas regras procedimentais, constitucionalmente previstas, para a elaboração das espécies normativas, regras estas a serem criteriosamente observadas pelos 'atores' envolvidos no processo". O mesmo doutrinador o divide em 3 fases, quais sejam: iniciativa, constitutiva e complementar.

O que nos importa nesta análise é a primeira delas. Existe, em nosso ordenamento jurídico, algumas hipóteses, como a geral, em que a Constituição Federal de 1988 atribui competência para deflagrar o processo legislativo a uma gama de pessoas e órgãos (art. 61); e a privativa, que é aquela em que somente determinada autoridade, de forma exclusiva, pode iniciá-lo.

Ao lermos a propositura, percebemos que o seu texto pretende instituir um benefício fiscal, qual seja, redução da alíquota do imposto sobre a transmissão *intervivos* a qualquer título por ato oneroso, de bens imóveis por natureza ou a cessão física, de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, e de cessão de direitos a aquisição de imóveis.

Conforme se vê, o projeto trata de matéria tributária e, neste ponto, a Lei Orgânica do Município de Anápolis determina que compete privativamente ao Prefeito a iniciativa dos projetos de lei que disponham sobre tal assunto (art. 54, inciso IV). Como a propositura foi apresentada justamente por tal autoridade, não há que se falar em inconstitucionalidade formal subjetiva em seu texto.







## 2.4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A forma escolhida, qual seja, proposta de Lei Complementar, é correta, pois a Lei Orgânica do Município de Anápolis determina que Código Tributário Municipal é matéria que deve ser regulamentada por meio desta espécie legislativa (art. 49, parágrafo único).

Por fim, o Regimento Interno desta Casa explica que a iniciativa dos projetos de Leis Complementares cabe a qualquer Vereador, Comissão da Câmara, ao Prefeito e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos na Lei Orgânica do Município e serão apreciados em dois turnos de votação (art. 97, *caput*).

## 3 – CONCLUSÃO

Ante o exposto, tendo em vista que foram observadas as disposições da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Município de Anápolis e do Regimento Interno da Câmara dos Vereadores, opina-se **FAVORAVELMENTE** à regular tramitação da proposição aqui discutida, **DESDE QUE NA FORMA DO SUBSTITUTIVO APRESENTADO**.


É o parecer.

Anápolis, 18 de novembro de 2021.

  
Vereador Jakson Charles  
Relator

IBRG/PARECER Nº 479/5-11-2021

Palácio de Santana,  
Av. Jamel Cecílio, Q 50, L 14  
Bairro Jundiá, Anápolis-go  
CEP: 75110-330  
[anapolis.go.leg.br](http://anapolis.go.leg.br)

  
Encaminha-se à Comissão de Urbanismo  
Transporte, Obras, Serviços e Meio Ambiente

Em 18/11/21  
78044  
Presidente



**CÂMARA  
MUNICIPAL**  
DE ANÁPOLIS

Processo: 242/21.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

## **SUBSTITUTIVO**

DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO DA ALÍQUOTA DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS A ELES RELATIVOS – ITBI – POR PRAZO DETERMINADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS** aprovou e eu, **PREFEITO MUNICIPAL**, nos termos do art. 58 da LOMA, sanciono a seguinte Lei Complementar:

**Art. 1º** A alíquota do Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis e de Direitos a Eles Relativos – ITBI –, prevista no artigo 136 e com fato gerador definido no artigo 127, ambos da Lei Complementar nº 136/2006, terá a sua incidência reduzida sobre a base de cálculo apurada pelo prazo de 60 (sessenta) dias.

**§ 1º** A alíquota do imposto será reduzida para 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) em relação aos negócios imobiliários realizados anteriormente à vigência desta Lei.

**§ 2º** A alíquota do imposto será reduzida para 1,00% (um por cento) em relação aos negócios imobiliários realizados após o início de vigência desta Lei.

**§ 3º** O período de vigência do benefício fiscal fixado no *caput* se dará a partir da data de publicação desta Lei.



**Art. 2º** A comprovação documental da transação imobiliária para aproveitamento do benefício será indispensável, sob pena de lançamento complementar sumário.

**Parágrafo único.** A comprovação referida no *caput* deverá ser feita por meio da apresentação do contrato de compra e venda ou da escritura pública, ambos devidamente registrados ou com a firma reconhecida em cartório.

**Art. 3º** Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a prorrogar o prazo de vigência do benefício fixado no *caput* do art. 1º desta Lei por meio de Decreto municipal.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 18 de Novembro de 2021.

  
Vereador Jakson Charles  
Relator

